



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO

PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA

DISCIPLINA

Dogmática dos Direitos Fundamentais na Experiência Brasileira

PROFESSOR(A)

Ulisses Levy Silvério dos Reis

Nº DE CRÉDITOS

04

CARGA HORÁRIA
TOTAL

60

EMENTA

A dogmáticas dos direitos fundamentais no pensamento constitucional moderno. O Constitucionalismo liberal e os direitos de liberdade. O constitucionalismo social e os direitos sociais, econômicos e culturais. O constitucionalismo Democrático e os “novos” direitos. Democracia e Jurisdição Constitucional. Titularidade Individual e Coletiva dos Direitos Fundamentais. Eficácia e efetividade dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais, Políticas Públicas e Judicialização. Orçamento e Estado Democrático de Direito.

OBJETIVOS

1. Analisar a evolução histórica e as transformações dos direitos fundamentais no contexto brasileiro, abordando o constitucionalismo liberal, o constitucionalismo social e o constitucionalismo democrático, com ênfase na legislação, doutrina e jurisprudência nacionais.
2. Estudar a titularidade, eficácia e efetividade dos direitos fundamentais no Brasil, identificando as principais dificuldades e desafios na proteção e garantia desses direitos, assim como as possíveis soluções jurídicas e políticas para enfrentá-los no âmbito do Estado Democrático de Direito.
3. Examinar a relação entre direitos fundamentais, políticas públicas e judicialização no cenário brasileiro, refletindo sobre o papel do orçamento público e das instâncias judiciais na promoção e garantia dos direitos fundamentais, bem como discutir os limites e possibilidades da atuação do Poder Judiciário nesse contexto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGA
HORÁRIA

1. Evolução histórica e transformações dos direitos fundamentais no Brasil:
 - 1.1. O Constitucionalismo liberal e os direitos de liberdade;
 - 1.2. O Constitucionalismo social e os direitos sociais, econômicos e culturais;

20h

1.3. O Constitucionalismo democrático e os “novos” direitos; 1.4. Análise comparativa da legislação, doutrina e jurisprudência nacionais ao longo do tempo.	
2. Titularidade, eficácia e efetividade dos direitos fundamentais no contexto brasileiro: 2.1. Titularidade individual e coletiva dos direitos fundamentais; 2.2. Mecanismos jurídicos e políticos para garantir a eficácia e efetividade dos direitos fundamentais; 2.3. Desafios e soluções na proteção e garantia dos direitos fundamentais no âmbito do Estado Democrático de Direito.	20h
3. Direitos fundamentais, políticas públicas e judicialização no cenário brasileiro: 3.1. O papel das instâncias judiciais na proteção dos direitos fundamentais; 3.2. A importância do orçamento público na promoção e garantia dos direitos fundamentais; 3.3. Limites e possibilidades da atuação do Poder Judiciário na judicialização de políticas públicas; 3.4. Debates e perspectivas sobre a relação entre direitos fundamentais, políticas públicas e judicialização no Brasil.	20h
TOTAL	60h

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

1. Compreensão crítica e aprofundada da evolução histórica e das transformações dos direitos fundamentais no contexto brasileiro, considerando as diferentes fases do constitucionalismo (liberal, social e democrático).
2. Capacidade de analisar a titularidade, eficácia e efetividade dos direitos fundamentais no Brasil, identificando os principais desafios e propondo campos investigativos a partir da problematização desses direitos no âmbito do Estado Democrático de Direito.
3. Habilidade para examinar a relação entre direitos fundamentais, políticas públicas e judicialização no cenário brasileiro, avaliando o papel do orçamento público e das instâncias judiciais na promoção e garantia dos direitos fundamentais.
4. Desenvolvimento do pensamento crítico e argumentativo para debater os limites e possibilidades da atuação do Poder Judiciário na judicialização de políticas públicas, bem como os impactos dessa prática na efetivação dos direitos fundamentais no Brasil
5. Aptidão para aplicar o conhecimento teórico adquirido na disciplina em desenhos de pesquisa a fim de habilitar os discentes para a escrita dos seus artigos acadêmicos e dissertações.

METODOLOGIA

1. Aulas expositivas: o(a) docente apresentará os temas de cada unidade dos conteúdos programáticos, fornecendo uma base teórica e contextual para os alunos. A interação entre o(a) professor(a) e os(as) alunos(as) será incentivada, com espaço para esclarecimento de dúvidas e discussões.
2. Seminários: os textos apresentados no primeiro dia de aula serão divididos entre os discentes que ficarão responsáveis pela sua apresentação a cada semana.
3. Debates: ao final de cada seminário, será promovido um debate entre os estudantes para aprofundar a compreensão do tema e estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e argumentativo. O professor atuará como mediador e contribuirá com *insights* e questionamentos.
4. Resumos semanais: os alunos deverão elaborar resumos escritos dos textos discutidos nos seminários, a serem entregues semanalmente ao professor. Esses resumos ajudarão na fixação do conteúdo e no desenvolvimento da habilidade de síntese e análise crítica dos estudantes.
5. Artigo científico: ao final da disciplina, os alunos deverão produzir um artigo científico individual, abordando um tema específico relacionado à dogmática dos direitos fundamentais na experiência brasileira.

6. Avaliação: a avaliação dos alunos levará em conta a participação nos seminários e debates, a qualidade dos resumos semanais e do artigo científico, bem como o domínio dos conteúdos programáticos e das competências e habilidades desenvolvidas ao longo do semestre.

BIBLIOGRAFIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

CHILTON, Adam; VERSTEEG, Mila. Rights without Resources: the Impact of Constitutional Social Rights on Social Spending. **Journal of Law and Economics**, vol. 60, n. 4, pp. 713-748, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1086/696826>. Acesso em: 28 abr. 2023.

DERZI, Misabel Abreu Machado. **Federalismo, Liberdade e Direitos Fundamentais**. REI – Revista Estudos Institucionais, vol. 4, n. 1, pp. 118-157, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21783/rei.v4i1.266>. Acesso em: 27 abr. 2023.

LOPES, Ana Maria D'ávila; FREIRE, Cylviane Maria Cavalcante de Brito Pinheiro. O reconhecimento do estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário brasileiro: análise da decisão judicial da MC-ADPF nº 347 a partir da teoria do transconstitucionalismo. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, vol. 10, n. 35, 2016, pp. 285-312. DOI: <https://doi.org/10.30899/dfj.v10i35.103>. Acesso em: 1º mai. 2023.

ROSENFELD, Michel. The Role of Justice in the Constitution: the Case for Social and Economic Rights in Comparative Perspective. **Cardozo Law Review**, vol. 42, n. 3, pp. 763-818, 2021. Disponível em: <https://cardozolawreview.com/the-role-of-justice-in-the-constitution-the-case-for-social-and-economic-rights-in-comparative-perspective/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

PASSOS, Daniela Veloso; GOMES, Valéria Bastos. A judicialização da saúde e as políticas públicas para fornecimento de medicamentos: uma análise a partir das decisões TRF da 5ª Região. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 4, n. 3, pp. 98-110, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19092/reed.v4i3.168>. Acesso em: 20 abr. 2023.

REIS, Ulisses Levy Silvério dos. Cabe ao estado censurar as tentações de Cristo?: considerações sobre a (im)possibilidade de exclusão de conteúdos no meio digital a partir do caso Porta dos Fundos e Netflix. **Revista Videre**, vol. 12, n. 24, pp. 214–236, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30612/videre.v12i24.12542>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang; ZOCKUN, Carolina Zancaner. Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 3, n. 2, pp. 115-141, maio/ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.46594>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da Pessoa Humana: conteúdo, trajetórias e metodologia**. Rio de Janeiro: Fórum, 2021.

APROVAÇÃO

COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO

26/05/2023

DATA

ASS. DO COORDENADOR DO CURSO

_____/_____/2023 Nº DA REUNIÃO DATA	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA _____ ASS. DO (A) CHEFE DE DEPARTAMENTO.
_____/_____/2023 DATA	CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO _____ ASS. DO (A) PRÓ-REITOR (A)
_____/_____/2023 Nº DA REUNIÃO DATA	CONSEPE _____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 2023.